

finalidade específica de impedir que a autoridade pública faça recair seus rigores sobre a pessoa auxiliada. Portanto, é de clareza solar que muitos auxílios podem ser prestados a uma pessoa foragida da Justiça sem que tenham eles a potencialidade para preencher o sentido previsto na lei penal. Em outras palavras: há uma infinidade de auxílios que podem ser prestados sem qualquer finalidade (e/ou capacidade) de propiciar ao auxiliado que se *subtraia à ação da autoridade pública*. E não se está ainda tratando de tipo subjetivo, mas apenas de tipicidade *objetiva*. Por exemplo: configura o delito em tela dar emprego a uma pessoa procurada? E o que dizer de dar auxílio material (dinheiro), gratuitamente, para que tal pessoa satisfaça as próprias necessidades básicas? À toda evidência, as respostas são negativas, porque ordinariamente tais auxílios não teriam o condão de configurar a exigência típica: de que **por este meio** o autor de crime se subtraísse à ação da autoridade pública.

36. No caso concreto do Reqte., qual a situação estampada neste inquérito? Temos, de início, alguém que estava foragido há quase quatro anos, e que não tinha qualquer dificuldade para levar a própria vida: a Polícia não o aborrecia, não o perturbava, nem ameaçava de qualquer forma a sua liberdade. A bolsa paga pelo Reqte. foi de valor infinitamente inferior àquele que certamente era percebido por Marcio enquanto atuava no tráfico de entorpecentes. Portanto, a conclusão inevitável, que desde logo clama aos céus, é no sentido de que a conduta do Reqte. jamais teve a capacidade de configurar o tipo objetivo do delito que se lhe pretende imputar. Ou, dito de outro modo: a bolsa dada ao condenado Marcio VP não tinha, a todas as luzes, a potencialidade de fazer com que ele pudesse subtrair-se à ação da autoridade pública, pelo simples e excelente motivo de não ter qualquer significação prática na dinâmica de liberdade ou prisão daquela pessoa.

37. Neste aspecto, analisando o dispositivo, BENTO DE FARIA leciona, com a habitual percuciência, que:

*“não deve ser assim considerado o fornecimento de meios de subsistência, porque esse fato não importa em subtrair o delinquente à ação da autoridade”*  
(“Código Penal Brasileiro Comentado”, vol. VII, 2.<sup>a</sup> ed., Distr. Record Editora, Rio de Janeiro, 1959, p.194).

97

38. No que concerne ao tipo subjetivo, sabe-se que, neste delito de favorecimento pessoal, ele é caracterizado pela consciência e vontade dirigidas a fazer com que autor de crime se subtraia à ação da autoridade pública. Ora, toca as raias do absurdo imaginar-se que o Reqte. pudesse ter agido com tal *animus*. Não há absolutamente nada nestes autos, um ínfimo fiapo de prova que seja, da primeira à última linha, que permita uma tal suspeita.

39. A história da formação deste inquérito mostra que o indiciamento do Reqte. teve motivação exclusivamente política. O jornalista Zuenir Ventura, em artigo publicado no jornal "O Globo", edição de 29/04/2000, sob o título "A Operação B.O. – O objetivo não é Marcinho VP, mas João Moreira Salles", comentando a recente prisão de Marcio, pintou com cores nítidas o quadro:

*“Uma das operações policiais mais aguardadas dos últimos tempos, a prisão de Marcinho VP, acabou em forma de farsa, não propriamente como farsa, mas com os ingredientes e os exageros dela. Ou então, como disse o delegado Hélio Luz, em forma B.O.: boa para otário.*

*(...)*

*No fundo, no fundo, o verdadeiro objetivo desse movimento todo não é Marcinho VP, mas João Moreira Salles. Transformá-lo em João MS tornou-se uma obsessão governamental”*

*(doc. n.º 10).*

40. A prova do processo é farta na demonstração dos bons propósitos do Reqte., da sua fé na transformação da pessoa caída em desgraça, de sua convicção na possibilidade de redenção e de aprimoramento do ser humano. Incontáveis foram as manifestações de apreço, admiração, estímulo e respeito dirigidas ao Reqte., por pessoas de todo o país, por e-mail, cartas, telegramas, telefonemas. Uma pequena amostra delas foi trazida a este inquérito, e há de ser sopesada com o devido cuidado pelo Ministério Público, representado por V.Exa., ilustre dra. Maria Ignez Pimentel, e também pelo eminente Magistrado que vier a apreciar a matéria.

98

## **O perfil moral do Reqte.**

41. É importante, em todo procedimento de natureza penal, que os autos tragam notícia da personalidade e do caráter da pessoa investigada. Com este propósito, apresenta-se a seguir um pequeno currículo de atividades do Reqte., todas elas realizadas sem qualquer remuneração pecuniária.

42. Em 1990/91 ele passou um ano como voluntário na África (Quênia), trabalhando como professor na All African Conference of Churches, uma organização presidida pelo Bispo Desmond Tutu (Prêmio Nobel da Paz). Ensinava a missionários como usar equipamento de vídeo para fins educacionais. Produziu o Reqte. com seus alunos dois documentários, o primeiro sobre as relações conflituosas da aldeia tradicional africana com a grande cidade de configuração européia, o segundo sobre os campos de refugiados na Somália. Em um destes campos o Reqte. trabalhou durante dois meses.

43. Ao longo dos últimos 10 anos o Reqte. ministrou ao menos um curso anual, de pelo menos 8 semanas de duração, na Fundação Progresso, sobre História do Documentário. Como ele não recebia honorários, a Fundação podia compensar esta redução de custos dando bolsas para alunos sem recursos.

44. Em 1997, o Reqte. deu um curso de seis meses sobre Ética (a noção grega do conceito) na Fundação Progresso. E em 1999 foi a vez de um curso sobre Ética da Imagem no Liceu de Artes e Ofícios de Salvador. Este curso estará sendo repetido em agosto deste ano.

45. Em meados de 1999 o Reqte. fundou o Projeto Villa-Lobinhos, que dá educação musical de excelência a meninos e meninas de baixa renda. Os bolsistas do projeto têm entre 10 e 16 anos, idade na qual há maior perigo de que enveredem para o crime. Alguns meninos selecionados pelo Villa-Lobinhos foram matéria de capa recente da Revista Época.

46. Neste ano de 2000 o Reqte. fundou o projeto Oeste Verde (ainda em fase de detalhamento), que contempla a construção de um viveiro de mudas e o plantio de 80 mil árvores da Zona Oeste do Rio, em parceria com as escolas públicas locais. O projeto doará as plantas e fornecerá educação ambiental e tecnologia de plantio às escolas selecionadas. A escola que plantar mais e melhor ganhará um prêmio, e o professor encarregado, um bônus salarial pelo seu empenho. A verba para este projeto (assim como para o Villa-Lobinhos) adveio de doações da pessoa física do Reqte. . O Villa-Lobinhos e o Oeste Verde são geridos

em parceria com o Viva Rio.

99

47. Também neste ano o Reqte. participa da criação de um balcão de voluntariado para estudantes secundaristas. A idéia surgiu a partir de palestras dadas pelo Reqte. em escolas. O projeto está sendo capitaneado pelos estudantes da Escola Eliezer. O balcão deve estar funcionando até o fim do ano. A idéia é difundir o conceito de trabalho comunitário pelas escolas privadas do Rio de Janeiro.

48. Como se demonstra, o Reqte. é um homem de bem, honesto, correto, de excelente caráter, que não seria capaz de cometer qualquer crime doloso. Viu-se ele envolvido nesta enorme polêmica exatamente por suas preocupações humanitárias e sociais.

### Em conclusão

49. Face ao longamente exposto, pede-se a V.Exa. que se manifeste no sentido do *arquivamento* deste inquérito policial, dada a absoluta inexistência de qualquer indício de prática delituosa por parte do Reqte. . Assim promovendo, estará V.Exa., mais uma vez, pugnando pela realização da tão esperada

Justiça.

Termos em que,

P. deferimento.

Rio de Janeiro, 08 de maio de 2000.



**Evandro Lins e Silva**  
advogado



**José Carlos Fragoso**  
advogado

100

O GLOBO

27.12.99

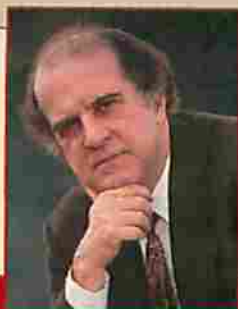
## ONGs tiram mil jovens do tráfico no Rio

• Com o apoio de ONGs, igrejas, empresas e órgãos públicos, cerca de mil jovens já deixaram o tráfico de drogas no Rio, nos últimos dois anos. A saída do crime exige, muitas vezes, negociações intensas com traficantes, mas os ex-criminosos conseguiram voltar a estudar e aprender uma profissão. Página 8

Documento n.º 01



101



# Notícias de uma guerra particular

Roberto Pompeu de Toledo **Ensaio**

**Um filme que é como uma coronhada na nuca oferece ao mesmo tempo a chance de sair dele mais lúcido**

**Q**ue sentem eles quando matam? O capitão Pimentel, muito certinho em seu uniforme de oficial da Polícia Militar do Rio de Janeiro, jovem, branco e saudável como soldado americano de cinema, jeito sério, português correto de curso de educação moral e cívica, orgulhoso de sua profissão e crente em seu valor social, responde: "A sensação é de dever cumprido. Se dissesse que não durmo à noite, mentira". Corte. Agora o entrevistado é "Carlinhos", garoto de 16 anos, camiseta

regata branca, tatuagem no ombro direito, cordão no pescoço, trôpega linguagem de aprendiz de malandro, confinado numa instituição para menores infratores. Quando matou ele pela primeira vez? "Quando tinha 11 anos." Como foi? "Taquei fogo nele. Peguei sete rodas de pneu de caminhão, comprei 5 litros de gasolina, acendi um fósforo e botei fogo nele." E como se sentiu? "Me senti normal. Que nem tô aqui agora."

Os diálogos acima fazem parte do hoje famoso documentário *Notícias de uma Guerra Particular*, de João Moreira Salles e Kátia Lund. Famoso e — pena — pouco visto. A fama decorre da intriga político-policial que vitimou Salles, ao vir à luz que pagou uma bolsa para que um dos traficantes que o ajudaram no filme escrevesse um livro. O documentário merecia ser famoso por outro motivo. É avassalador. Mostra um universo feio e miserável, mas chega a ser belo, de tão verdadeiro.

O tema é a guerra entre policiais e traficantes nos morros cariocas. O capitão Pimentel até parece personagem de ficção, tão bem-acabado se apresenta como policial cômico dos deveres. "Estou participando de uma guerra", diz, quase com entusiasmo. Ele quis ser policial desde os 6 anos. Quis participar de combates. E está participando. "Nas Forças Armadas, não teria a mesma oportunidade." O morro fica ali ao lado. Dia sim, dia não, vira cenário de tiroteios. "Em que outra capital do mundo ocorre isso, sem estar em guerra?", pergunta Pimentel. A polícia do Rio ostenta uma bagagem de 156 operações de confronto com traficantes. Um recorde. "Tornou-se", diz o capitão, com orgulho, "uma das mais eficientes tropas de combate urbano do mundo."

O problema é que, como diria um tecnocrata, o outro lado também apresenta suas vantagens relativas. Se Pimentel quis ser policial desde criança, no morro não faltam crianças que querem ser traficantes. "Você quer traba-

lhar?", pergunta-se no filme a um menino. "Quero." "Onde?" "No tráfico." O tráfico, ou "movimento", como o chamam no morro, como se fosse uma reunião de pessoas movidas por uma causa, oferece a um menino salário de 300 reais por semana, contra um salário mínimo, à época da rodagem do filme (1997-1998), de 112 reais. Também proporciona esse brinquedo tão desejado que são as armas, status e até cartaz com as mulheres. "Só cara armado tem direito às cocotinhas lá de baixo", comenta Janete, uma moradora da favela.

O documentário é isso, mas é muito mais. Talvez o principal nem seja o garoto Zinho, de 10 anos, filmado numa escola destinada a crianças infratoras até 12 (12!) anos. Simpático como se a vida lhe transcorresse na mais cristalina normalidade, risonho como se o futuro lhe acenasse com todas as suas múltiplas possibilidades, Zinho conta que lhe cabia no movimento soltar rojão quando a polícia se aproximava, e alegremente mostra o ferimento a bala que os policiais lhe fizeram na perna. Não. Que existem os Zinhos há muito sabemos, e aprendemos a tocar em frente assim mesmo. O que o documentário tem talvez de mais inovador é algo não explícito, sutil — a sugestão de que o mundo ali retratado se move por reflexos de autômato. Toda manhã os traficantes apanham as armas e vão à luta. Por seu lado, a polícia sobe o morro, prende um, bate em outro, mata, é morta. Para que eles estão ali mesmo? Parecem personagens já deslembados de como tudo começou, e sem noção de para onde ir. Talvez o negócio da droga nem seja mais o principal, e sim seguir adiante, cada um na sua, cumprindo papéis que não podem nem querem mais largar, numa rotina que rende prestígio social para uns, poder para outros, a lúdica experiência da guerra, para quem se diverte com isso, e, para todos, salário e ocupação.

Ao fim do filme o espectador tem a sensação de uma coronhada na nuca, mas ao mesmo tempo sai com chances de ganhar em lucidez, com relação a uma certa realidade brasileira. Debateu-se, nas últimas semanas, o caso de Salles. Devia-se debater o filme. Os brasileiros deviam vê-lo como vêem *Terra Nostra*. O capitão Pimentel a certa altura mostra um portentoso fuzil e explica que polícia alguma o possui. "É uma arma típica do Exército", afirma. "No Rio ela se faz necessária, pela intensidade do fogo." Intenso é o fogo que pega nas vísceras de tal sociedade e se insinua em cada um de nós, embora nem o sintamos em nossas rotinas, elas também tecidas de fantasia e esquecimento.

P.S.: Memorável é a participação no filme do delegado Hélio Luz, chefe da Polícia Civil na época, mas isso fica para outra oportunidade, se houver outra oportunidade.

**ENCONTRO NA CIDADE PARTIDA:** Interesse no personagem nasceu do desejo de compreender uma figura arquetípica

ENTREVISTA

João Moreira Salles

# 'Saudade do amigo que não pude ter'

Documentarista conta ao GLOBO detalhes da sua aproximação de um dos traficantes mais procurados do país

João Moreira Salles e Marcinho VP nasceram e cresceram na mesma cidade, na mesma Zona Sul e, se geograficamente estão muito próximos, todo o resto os separa. Mesmo assim eles se conheceram e, se não nasceu daí uma grande amizade, pelo menos houve

uma série de mais de 70 conversas entre o festejado documentarista e um dos traficantes mais procurados do país.

— Não diria amizade, mas pensei em escrever um artigo cujo título seria "Saudades de um amigo que eu

não pude ter" — diz Salles ao GLOBO, numa entrevista em que detalha seu relacionamento com Marcinho VP e revela ter financiado uma bolsa para ele escrever um livro sobre sua vida e a experiência trágica do garoto que virou traficante.

Hugo Sukman

**O GLOBO:** O que o levou a se interessar pelo personagem Marcinho VP?

**JOÃO SALLES:** Tudo o que eu tenho a dizer sobre ele não é sobre o bandido, o traficante, mas sobre o cara que decidiu contar sua vida para mim. A partir disso se estabeleceu uma relação muito franca, muito leal, de duas pessoas inteiramente diferentes, que não podiam ter nascido em lugares mais diferentes. A distância que me separa do Márcio é maior do que a que me separa de alguém de Hong Kong. E, no entanto, essas duas pessoas se conheceram, trocaram informações, quiseram entender as razões do outro.

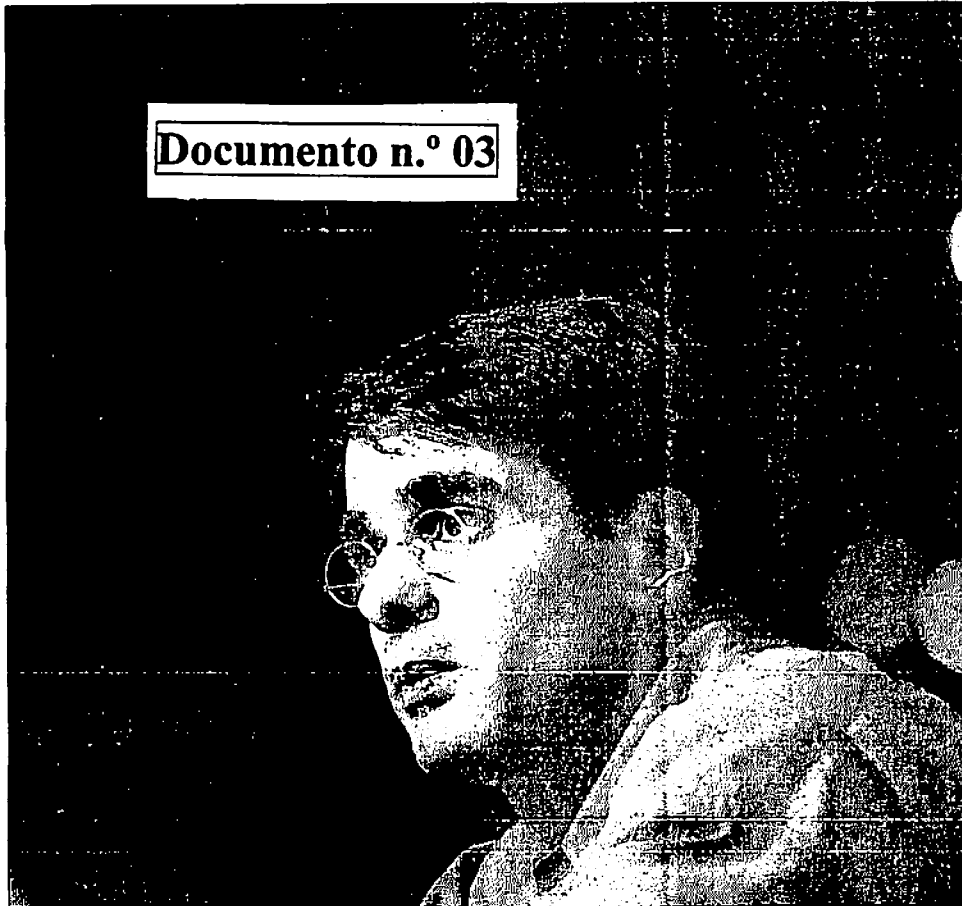
• *Como se deu esse encontro tão improvável?*

**SALLES:** Em 95 eu soube que ele estava disposto a explicar o ponto de vista dele, o de um traficante. Eu estava procurando isso: o personagem do traficante estava se tornando uma figura importante na mitologia da cidade do Rio de Janeiro. Eu queria entender o que torna um menino, traficante.

• *Como foi feito o contato?*

**SALLES:** Uma produtora que eu conhecia, que havia trabalhado no clipe do Michael Jackson no Santa Marta, me disse que ele estava com vontade de falar e que era uma pessoa diferente do que estavam falando por aí. Ele estava foragido em outro estado. A primeira

Documento n.º 03



é um sintoma da falência do Estado.

• *Em algum momento você pensou numa possível promiscuidade? Imaginou que poderia ser acusado de financiar um traficante?*

**SALLES:** Ele me disse que sonhava em escrever um livro e eu prometi: "No dia em que você tiver chegado à conclusão de que o seu caminho é sem saída, eu te apóio no livro que você vai escrever, pago uma bolsa como pagaria a qualquer escritor." Fiz um trato com ele: "Durante oito meses eu te dou R\$ 1.200 para que você possa escrever o teu livro longe do crime". Você dirá: "Ele não tinha uma poupança?" Não, não tinha. Esses caras fazem tão parte da indústria do narcotráfico como o sujeito que tem uma borracharia em Brás de Pina faz parte da indústria automobilística.

• *E o que aconteceu? Ele se retirou do crime para escrever?*

**SALLES:** Não, ele sofreu a iminência de uma invasão no Santa Marta. Estava desarticulado, sem arma, sem nada, e lá na Videofilmes (produtora dos irmãos Salles) para pedir que eu comprasse o táxi do cunhado dele, alguma coisa assim, porque com o dinheiro desse táxi ele se armaria. Eu pensei, parece que tudo o que eu disse, ele não entendeu. Era evidente que eu não ia dar dinheiro para comprar arma, mas não ia dizer isso para um mensageiro. Fui no morro e lá



102

• Como foi feito o contato?  
SALLES: Uma produtora que eu conhecia, que havia trabalhado no clipe do Michael Jackson no Santa Marta, me disse que ele estava com vontade de falar e que era uma pessoa diferente do que estavam falando por aí. Ele estava foragido em outro estado. A primeira coisa que percebi é que essas pessoas, quando estão fora do ambiente delas, ficam inteiramente indefesas. Elas não sabem se movimentar, nasceram no morro, cresceram ali, fica difícil se articularem em outra paisagem. O que dava ao Márcio um certo ar de fragilidade que me impressionou.

• Qual era a sua expectativa? Você teve medo?

SALLES: Medo não. Estava receoso e um pouco excitado como documentarista por ter acesso a um cara desses. Cheguei a um hotel, simples, de R\$ 25 a diária, me lembro bem. No nosso primeiro contato aconteceu uma coisa curiosíssima. Eu não sabia direito como se deve conversar com um traficante, como chamá-lo. Cheguei a usar "vocês da economia informal". Na segunda vez que disse isso ele me interrompeu: "Você está evitando usar a palavra bandido. Usa, porque é o que eu sou. E se tem alguma importância o que eu tenho a lhe dizer nesse eventual filme que você vai fazer, é pelo fato de eu não pedir desculpas por ser bandido. Eu quero explicar por que eu sou bandido". E me deu uma explicação que, evidentemente, a gente não pode aceitar inteiramente, mas acho muita presunção não levar em conta. Ele me disse, e eu não estou elaborando: "Você vai voltar para casa hoje e na hora em que for dormir, vai pensar que foi o melhor jornalista que poderia ter sido, que exerceu ao máximo sua capacidade profissional. Eu, quando descobri o que queria fazer, tinha 16 anos. Eu queria ser desenhista industrial. Mas, como você pode perceber, eu tenho muita dificuldade no português, não entraria numa faculdade. Eu podia ser o melhor porteiro, o melhor trocador, o melhor flanelinha... Então decidi ser o melhor bandido." É um caso típico de alguém que, se tivesse nascido 200 metros abaixo, no asfalto, teria tomado outro rumo. Não concordava com o



JOÃO SALLES: "O Márcio é um caso típico de alguém que, se tivesse nascido 200 metros abaixo, no asfalto, teria tomado um outro rumo"

que ele fazia, sempre disse isso para ele, mas não tinha a arrogância de dizer: "Não opte pelo crime, você é um monstro".

• Vocês tinham naquele momento o mesmo objetivo?

SALLES: A gente tinha o mesmo objetivo sem saber. De minha parte, uma imensa vontade de entender a cabeça de alguém como ele, que não é um sujeito que de nascença estava fadado ao crime. No documentário do Eduardo Coutinho, "Uma semana no morro", ele aparece, uma criança chela de sonhos. Esse mesmo menino, cinco anos depois, virou o inimigo público da cidade. Como isso acontece? Acho hipocrisia as pessoas acharem que você não se deve manter uma relação com o personagem. Ele representa uma trajetória absolutamente arquetípica.

• E qual era a expectativa dele ao encontrar você?

SALLES: Ele queria saber o que pensa alguém que nasceu numa situação privilegiada daqueles que moram no morro. Há um inegável Fla-Flu entre a favela e o asfalto. Nós somos para eles o inimigo e eles são para nós o inimigo. E ele achava isso uma simplificação, queria entender.

• Inicialmente, o documentário seria sobre ele?

**"Esses caras fazem tão parte da indústria do narcotráfico como o sujeito que tem uma borracharia em Brás de Pina faz parte da indústria automobilística"**

JOÃO MOREIRA SALLES

SALLES: Não, teria o personagem que pudesse representar o tráfico, ele; o personagem crucial para representar a polícia, o Hélio Luz; e algum morador para ficar no meio, para que não houvesse idealização de nenhuma parte. Foi aí que surgiu o Adão, que depois virou tema de um documentário do Waltinho (Salles, irmão de João e diretor de "Central do Brasil"), mas que surgiu no "Notícias de uma guerra...".

• Houve alguma situação de perigo durante as filmagens?

SALLES: Muitas vezes saía de uma casa no morro e tinha uma mira a laser na minha testa, por causa de alguma ação do Bope. Mas o resto foi tudo na maior tranquilidade, a não ser por uma cena do próprio documentário, uma ação da polícia lá dentro que eu tive que filmar.

• Como se estreitou sua relação com o Márcio?

SALLES: Terminado o documentário, eu decidi não usar a

entrevista com o Márcio. Desde aquela época ele mostrava estar buscando uma porta de saída. Ele tinha ambições de se educar politicamente, queria conhecer o sub-comandante Marcos. Sonhos que, vão dizer, são ingênuos, mas é muito melhor sonhar em conhecer os zapatistas do que dizer que quer controlar o tráfico, invadir o Alemão.

• Que nome você dá à relação entre vocês? Amizade?

SALLES: Não diria amizade. Cheguei a pensar em escrever um artigo cujo título seria "Saudades de um amigo que eu não pude ter". Porque eu nunca vou poder ser amigo do Márcio. Ele é foragido, qualquer relação minha com ele seria naturalmente secreta, as pessoas iam achar que sou um drogado.

• Qual foi a reação ao documentário?

SALLES: O Márcio gostou bastante, o Bope gostou bastante, o Hélio Luz também. Não foi

um documentário a favor de ninguém. Mas eu gostei do Santa Marta, não necessariamente por causa do Márcio, ou só dele. Eu me envolvi com a comunidade. Dei aula lá por um ano e foi uma experiência maravilhosa. Quis dar aula sobre algo que não tivesse nada de prático. Eram pessoas que passam 24 horas por dia pensando em como vão sobreviver amanhã, não há um mínimo de tempo para o superfluo. Aí resolvi dar um curso sobre o momento mais importante da história da modernidade, que é o momento no qual se descobriu o valor do ser humano, a pré-renascença, especificamente o Glotto. Foi um curso bárbaro.

• Essa guerra urbana de que você fala tem um sujeito oculto, que é a elite brasileira. Você é filho dessa elite. Não sofre pressões?

SALLES: De minha família, de jeito nenhum. Quando soube que a polícia estava me investigando, contei tudo e ninguém me recriminou. Em relação ao sujeito oculto, acho que são dois. O primeiro, evidentemente, é o cara que compra sua cocaína sexta-feira à noite. Mas isso é quase superficial em relação ao problema mais grave, que é uma total desistência do Estado. O fato de haver 42 favelas num Parque Nacional como o da Tijuca

que eu comprasse o táxi do cunhado dele, alguma coisa assim, porque com o dinheiro desse táxi ele se armaria. Eu pensel, parece que tudo o que eu disse, ele não entendeu. Era evidente que eu não ia dar dinheiro para comprar arma, mas não ia dizer isso para um mensageiro. Foi no morro e falei: "O que eu posso fazer é ir no Viva Rio (organização não-governamental), que tem relações com os órgãos de segurança, e dizer que vai ter uma guerra". Fiz isso, e o fato é que o Bope invadiu, tomou conta do morro. Eu não vou ter a presunção de dizer que é porque eu falei com o Rubem (César Fernandes, do Viva Rio), acho que era uma política do Bope ocupar morros perigosos. Um mês e meio depois, eu recebo o recado de que o Márcio estava fora, queria estudar, queria ler, e perguntava se a minha proposta continuava de pé. Respondi que, se eu tivesse certeza de que ele estava longe do tráfico, sim. Provavelmente o Márcio, com um livro desses, é muito mais importante para o destino da cidade do Rio de Janeiro do que o Márcio dentro de uma prisão. Continuo achando isso, apesar de achar que a polícia está fazendo o que ela deve fazer. Criminalmente, não há nenhum dolo no que eu fiz...

• Mas o que você fez?

SALLES: Cumpri minha palavra. Enquanto ele esteve fora escrevendo o livro, recebi R\$ 1.200 durante quatro meses. O nosso acordo é que seriam oito meses, mas isso começou em setembro de 99. Em janeiro, explodiram as notícias do Márcio, e ficou impossível qualquer contato.

• Como é que ele recebia este dinheiro? Você tinha que saber onde ele estava, não?

SALLES: Não, eu não tinha que saber onde ele estava, preferia não saber. Combinei que ia dar o dinheiro a uma pessoa ligada a ele e essa pessoa que se virasse. O dinheiro era o suficiente para que ele pudesse parar com o crime e escrever a história da vida dele. ■

• MÃE DE MARCINHO VP SOFRE AMEAÇAS DA POLÍCIA E DE TRAFICANTES, na Editora Rio





polícia



103

Quarta, 1 de março de 2000.

[Home Page](#) | [Ataque](#) | [O Dia D](#)  
[Guia O Dia](#) | [Compras](#) | [Índice O Dia](#)

## Luiz Eduardo

“Ele (Salles) conseguiu enxergar por trás da violência um coração sensível à pedagogia da paz.”

“Foi um gesto muito bacana. O João Salles fez isso por uma questão humanística.”

“Quando ocorreu isso (a concessão da bolsa), ele tinha boa intenção, procurou advogados. O João não financiou a fuga, mas o livro do Marcinho VP.”

“Quem precisa de R\$ 1,2 mil para sobreviver é porque não tem rigorosamente nada. A família de Marcinho VP) vive em condições muito humildes.”

“Se o governador Garotinho considerar que não precisa mais de mim, o cargo é dele.”

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

[Guia Rio](#) - [Colunistas](#) - [Games](#) - [Informática](#) - [Compras](#) - [O Dia D](#) - [Economia](#) -  
[Brasil](#) - [Mundo](#)  
[Charge Virtual](#) - [Promoções](#) - [Ciência & Saúde](#) - [Ataque](#) - [Educação](#) - [Imóveis](#) -  
[Expediente](#)

Copyright 1996 Editora O DIA

**Documento n.º 04**

204



GAROTINHO, em Campos: "Os veículos de comunicação estavam dando uma versão equivocada dos fatos"

## Estado usa propaganda contra Soares

Professores do Iuperj fazem manifesto contra saída de ex-coordenador

• O Governo do estado resolveu dar atenção especial à crise provocada pela saída do ex-coordenador de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares. Desde a segunda-feira o Governo vem divulgando uma campanha com inserções nas TVs e nas rádios para reforçar junto à opinião pública a explicação dada pelo governador Anthony Garotinho de que Luiz Eduardo não foi demitido por ter feito denúncias contra policiais envolvidos com a banda podre e, sim, porque ter apoiado publicamente a ajuda financeira dada pelo cineasta João Moreira Salles ao traficante Marcinho VP.

### Para Luiz Eduardo, mais uma tentativa desmoralizá-lo

Ontem, após participar da inauguração de fábrica de sucos em Campos, o governador disse que a campanha de esclarecimento foi necessária porque a imprensa não estaria

dando a versão do Governo:

— Os veículos de comunicação estavam dando uma versão equivocada dos fatos. Ele saiu por um acúmulo de problemas. Entre eles, o fato gravíssimo de ter se posicionado, favoravelmente à ajuda suspeita que o senhor Salles estava dando a Marcinho VP.

O ex-coordenador Luiz Eduardo considerou que a campanha é mais uma tentativa de desmoralizá-lo.

— É uma campanha de desmoralização. A sociedade é que julgará. O que eu tinha que dizer, já disse. Cumpri com meu dever ao denunciar a atuação da banda podre na polícia — disse o sociólogo pelo telefone, dos Estados Unidos.

A exoneração do sociólogo mobilizou até mesmo o meio acadêmico. No Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), instituição em que Luiz Eduardo iniciou carreira, os professores Rena-

to Lessa e César Guimarães decidiram redigir um manifesto depois de receber mais de 500 e-mails de intelectuais, professores e alunos de várias instituições em solidariedade ao ex-coordenador de Segurança.

### Manifesto diz que Garotinho frustrou população

Em um dos trechos, o manifesto diz que "há cerca de um ano o estado vinha abrigando uma experiência inovadora na concepção da segurança pública, na qual a busca de eficiência da polícia não mais se associava à imposição de terror e brutalidade sobre as populações mais pobres. Na base (...), operava a disposição corajosa e o forte e genuíno desejo de mudança por parte de Luiz Eduardo e de sua equipe. Ao prescindir dessa colaboração, o governador frustra as esperanças de seus governados (...)". ■



# O governador é um homem honrado

JOÃO MOREIRA SALLES

**S**enhor Governador: dirijo-me ao senhor com respeito. O senhor não gosta de mim. De minha parte, não estaria sendo sincero se dissesse que gosto do senhor. Mas, repito, escrevo respeitosamente porque o senhor, por desejo dos meus concidadãos, ocupa o mais alto cargo executivo no estado em que vivo. Tenho, portanto, o dever de tratá-lo com deferência. Respeitando-o, respeito a vontade da população fluminense. Porém, senhor Governador, este dever não é só meu. Ele é também, e sobretudo, seu. E o senhor tem falhado.

Que fique claro: não escrevo esta carta em resposta às suas declarações sobre mim. Político hábil, o senhor certamente reproduz o sentimento de parte considerável da opinião pública, que não concorda com o meu gesto. Considero essa discordância perfeitamente legítima, e se o que fiz, como o senhor afirma, merece sanções penais, que assim seja. É importante porém que o público saiba que nesta matéria as opiniões dos especialistas estão divididas. Eu poderia mencionar vários criminalistas de renome que se pronunciaram espontaneamente na imprensa, afirmando que não existe ilegalidade no meu ato, mas sem dúvida o senhor também poderia citar opiniões contrárias de bons advogados. Portanto, esta é uma discussão inútil - só poderá ser resolvida na Justiça, da qual estou, como sempre estive, à disposição. Não, senhor Governador, meu problema com o senhor é de outra natureza.

O que se espera de um governante? Vou propor minha definição e acredito que o senhor concordará com ela. Espera-se que seja probo, criativo e honrado. Quanto ao primeiro desses predicados, não sei de nada que desabone o senhor. Existem, é claro, as suspeitas levantadas pela revista "Época" desta semana, mas nada foi provado e, por conseguinte, é justo supor que o senhor,

até prova em contrário, é um homem honesto. Quanto à criatividade administrativa, o seu mandato ainda está no início. Apesar de o senhor ter posto em risco o projeto mais inovador de sua administração, e me refiro evidentemente à política de segurança pública concebida pelo professor Luiz Eduardo Soares, a população que o elegeu ainda pode torcer para que o senhor a surpreenda com uma gestão ágil e imaginativa, digna de um homem público que tem estatura, maturidade e visão larga. Neste sentido, espero que o seu ato falho da semana, chamando de Palácio do Planalto o seu atual gabinete, não traia a intenção de fazer deste estado um mero trampolim para saltos mais ambiciosos. Como bom homem público, o senhor sabe que o estado do Rio de Janeiro merece dedicação integral. Não seria correto fazer com a popu-

lação fluminense o que Fernando Collor fez com os alagoanos, que o elegeram e se viram posteriormente abandonados. O que nos leva ao último atributo do bom governante: a honradez.

A honra é difícil de ser definida. Trata-se de uma qualidade moral extremamente sutil, extremamente frágil. Ela não reside nos nossos atos, ainda que estes sejam consequência direta de sermos ou não homens honrados. Em outras palavras, a honradez é um patrimônio da alma. Portanto, estamos diante de matéria imponderável, da qual só podemos falar se estabelecermos alguns critérios que, assim como o mercúrio de um termômetro, nos ajudem a constatar sua presença em nosso caráter. Eis o meu mercúrio: o homem honrado é aquele que não trai o amigo justo e honesto. E, neste teste, senhor

Governador, o senhor não passa.

Luiz Eduardo Soares era seu amigo e seu colaborador. Na época das eleições, o livro que o senhor brandia no rosto do adversário, e que o elegeu governador, não teria existido não fosse Luiz Eduardo. E no entanto o senhor o traiu. Não falo sequer do fato de tê-lo demitido pela TV. Também deixo de lado o hábito que o senhor cultivava de gravar conversas telefônicas sem a autorização de seu interlocutor, uma atitude que, para tomar de empréstimo uma de suas frases a meu respeito, também dá cadeia em qualquer parte do mundo. Releva também agora, por ser demasiado embaraçosa, a sua frase de desculpas para o gesto constrangedor: "plisei na bola", disse o senhor com notável comando da língua. Não espero que o senhor seja um Cícero, mas acredito ser legítimo exigir a com-

Claudio Duarte

postura idiomática que o cargo manda. Afinal, quando o senhor falou no Rio de Janeiro que é ouvido.

Tudo isso, apesar de grave, não é essencial. A sua honra, senhor Governador, foi comprometida quando o senhor jogou Luiz Eduardo para leões e fez chacota de sua ida para Estados Unidos, dizendo que "Gatinho também foi ameaçado mas não fugiu do Brasil". Luiz Eduardo não fugiu, senhor Governador: foi exilado. Pelo senhor, pela sua pusilanímia. O senhor produziu os únicos e lados brasileiros de nossa história recente: Luiz Eduardo e sua família para que não restassem dúvidas quanto à sua personalidade, o senhor, tentando encontrar uma saída para sua atual solidão, deu a estocada final no antigo amigo, insinuando que o homem mais honrado que o senhor já conheceu teria ajudado a foragido a escapar da polícia. Isto mentira, e o senhor sabe que é mentira.

O que se pode esperar de um homem assim, que ao mais rasteiro mesquinho cálculo político não hesita em entregar o ex-amigo? Se o senhor tiver tempo, entre uma demonstração no rádio, outra na TV e gravações clandestinas de colaboradores, leia o discurso de Marco Antonio no enterro de Júlio César, aquele que é a "Brutus é um homem honrado" (peça de Shakespeare). Lá se fala honra e de traição. Será, de certa forma, uma experiência civilizatória para o senhor.

Platão dizia que nós nos medimos pelos adversários que temos. O senhor é meu adversário, senhor Governador, e isso me envergonha porque me faz pequeno. O senhor que que Luiz Eduardo se tornasse o seu adversário. Em todo esse triste espetáculo, este é o único fato, senhor Governador, que lhe tira o diminutivo não mais do nome, mas agora da fama, e lhe dá uma certa estatura. E vai de casa.



JOÃO MOREIRA SALLES é documentarista

## COISAS DA POLÍTICA

■ DORA KRAMER

## Doença infantil

O diagnóstico aplicado ao esquerdismo no tempo em que a dualidade simplista facilitava escolhas políticas, serve agora ao voluntarismo que igualmente manifesta-se como a doença infantil que anda assolando o cenário político nacional. É vítima sem piedade tanto figuras experientes quanto governantes que fazem sua estréia na vida pública, acreditando que o sucesso futuro estará garantido, tanto maior for a sua capacidade de gritar e repetir cada vez mais alto aquilo que, imaginam, a sociedade quer ouvir.

É a estratégia da interlocução popular pela via dos bordões. Que se ainda causam algum efeito em programas humorísticos, como forma de estabelecer diálogo direto com o cidadão, já não provocam resultados assim tão positivos.

O erro dos partidários do figurino "faço e acontece" talvez resida justamente na ausência de percepção a respeito de que tipo de sociedade compõe o Brasil de hoje. Um perfil em estado de transformação, mas que já exhibe perfeitamente delineada a exigência de que os governantes sejam capazes de fornecer muito mais que a defesa de bandeiras óbvias, a produção de frases feitas, a demonstração de ousadias à deriva.

Os erros, os brasileiros já sabem quais são. E esperam agora é que alguém lhes diga, de maneira consistente e convincente, como é que se faz para corrigi-los. Falamos, evidentemente, da parcela da sociedade que pensa, e pensa porque pôde comer, estudar e se informar.

Esta, não resta a menor dúvida, anda cada dia mais treinada na arte de detectar ações de conteúdo meramente midiático. O PT percebeu isso há algum tempo e das cabeças mais pensantes começou a transbordar o raciocínio de que a administração de trajetórias políticas por slogans está esgotada como via de interlocução social.

Se examinar bem as pesquisas de opinião mais recentes, o PFL verá também que o simbolismo da defesa de um índice qualquer de reajuste de salário mínimo maior que o oficial, não rendeu grandes dividendos de simpatia ao partido. Provavelmente porque a atitude deve ter soado algo inadequada àquela parte da memória coletiva que seleciona fatos e che-  
ga a conclusões levando em conta padrões de coerência.



**COISAS DA POLÍTICA**

■ DORA KRAMER

Nesse aspecto, a traumática passagem de Fernando Collor de Mello pela vida nacional contribuiu para o aprendizado. Ninguém mais voluntarioso que o então governador de Alagoas na disposição ao combate da corrupção. Ninguém tão competente quanto ele e sua equipe na produção de bordões elaborados com o objetivo único de servir de tradução aos anseios populares da época. Ninguém tão cusado na denúncia das elites, na rejeição aos "políticos tradicionais", na capacidade de fazer inimigos.

Mas ninguém, como se viu, tão incapaz de estabelecer coerência entre palavras e ações. Brigou com a Humanidade, não cuidou da própria realidade, terminou brigando sozinho e solitário perdeu.

Antes que se exceda na repetição de que está sendo vítima de uma conspiração dos que temem concorrência na política, o governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, poderia se dedicar a uma reflexão serena a respeito das razões que o levaram à situação atual. Melhor que reagir às evidências, é procurar tirar proveito delas. Enquanto é tempo e antes que passe a acreditar sinceramente na teoria conspiratória.

Se o fizer, estará comprometendo irremediavelmente sua capacidade de recuperação.

De maus conselheiros, de falsos bajuladores, de entusiasmos excessivos, incentivos vãos e avaliações apressadas, também se fazem os grandes fracassos.

Equívocos perdem o direito ao benefício da dúvida, quando ganham a chancela da persistência e se transformam numa escalada de erros, cujo prejuízo maior recai justamente sobre aquele que não percebeu a hora de parar. É uma constatação geral, que não serve apenas ao governador Anthony Garotinho.

Mas se é dele que falamos, ao exemplo dele vamos recorrer para listar meia dúzia de passos em falso que o voluntarismo o levou a dar: começou enfrentando Leonel Brizola de peito aberto em campo brizolista; seguiu apostando na divisão do PT, que depois optou por humilhar publicamente; confrontou um auxiliar de confiança interna e credibilidade externa; mostrou-se vingativo na estranha ação de indiciamento do documentarista João Salles; revelou-se pouco confiável na divulgação de conversas particulares; falhou na fiscalização estreita das questões internas de seu governo; exibiu-se resistente na tese de que a melhor defesa é o ataque.

O que pode ser até verdade, desde que se acumulem forças para isso. Mas Garotinho fez exatamente o contrário: desperdiçou o que não tinha, na expectativa do que poderia vir a ter. Gastou por conta.

# MARCIO MOREIRA ALVES



de Brasília

## Justiça para o Rio

• Experimenta-se uma sensação de injustiça quando se pensa no passado do Rio de Janeiro. Não desfazendo da Bahia, cujas belezas são cantadas em prosa e verso pelos 500 anos do Brasil, o Rio é o estado mais lindo da Federação. Tem montanhas, baías deslumbrantes, belos lagos e florestas. Em compensação, que governos! Parece praga de mãe. O Garotinho até que começou bem. Agora, está atolado em escândalos.

A voracidade dos colaboradores que Garotinho trouxe do Norte Fluminense pelos contratos e licitações, com o dinheiro público assista até seus correioiros do PDT.

O habitual sentimento de impunidade que os brasileiros costumam ter diante desse tipo de revelações, no Rio é em parte devido à desconfiança em relação à polícia. O desesperado brado de Chico Buarque é, conosco mesmo:

"Chame o ladrão, chame o ladrão."

As denúncias sobre a banda pôdro da polícia, que Luiz Eduardo Soares encaminhou ao Ministério Público, não parecem ter grandes chances de se desenvolver, dado que o governador não deu nenhuma demonstração de apoiar investigações mais profundas. Ao contrário, denunciou seu ex-amigo em discursos e até em matérias pagas na TV, sugerin-

ra ir ao banheiro. Ficou cinco minutos, voltou e pouco depois deu o depoimento por encerrado. Ao sair, os repórteres perguntaram a João como se sentia como indiciado no processo.

— Indiciado como?, surpreendeu-se João. E continuou:

— Eu depus como testemunha.

Errado: não só o delegado o indiciou à sorrelha, como anunciou que dentro de alguns dias iria indiciá-lo em outros artigos do Código Penal. Ora, a forma de tomar o depoimento de uma testemunha e de um indiciado é diferente: devendo o indiciado ter recursos em sua defesa que a testemunha não precisa ter, por não estar sendo acusada de nada. Mais: o anúncio feito pelo delegado, de indiciamentos futuros, significa que buscará provas que ainda não tem. João Moreira Salles interpretou esse anúncio como